

GASTOS PÚBLICOS COM EDUCAÇÃO E SEUS REFLEXOS NO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO¹

Nelito Antonio Zanmaria²
Mara Lucy Castilho³

Resumo

Entendendo que a educação é fator fundamental para a capacitação do capital humano e, por conseguinte, responsável pelo crescimento econômico, o presente estudo buscou analisar a participação do setor público na geração e manutenção do sistema educacional do país. Verificou-se uma perda considerável dos recursos públicos, das diversas esferas administrativas, sobretudo com a evasão escolar. A observação dos dados referentes ao crescimento econômico não nos permite afirmar que a relação direta entre educação e crescimento se verifica para o Brasil, no período analisado, o que não significa que os investimentos em educação não devam ocorrer, ao contrário, deve-se buscar cada vez mais a qualidade do ensino público.

Palavras-Chave: gastos públicos, educação, crescimento.

Introdução

O estudo da economia não se detém apenas à alocação de recursos financeiros, mas está além deste pensamento, preocupando-se em saber como os fatores sociais podem influenciar um país a atingir o crescimento/desenvolvimento desejável.

¹Este artigo baseia-se na monografia de graduação do primeiro autor, orientado pela segunda.
²Bacharel em Ciências Econômicas pela UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão. Rua Maringá nº 1200 – Vila Nova, Francisco Beltrão - PR. CEP: 85.605-010.

³Doutora em Economia Aplicada, Professora Adjunta do Curso de Ciências Econômicas da UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão/PR, integrante do Grupo de Pesquisa em Planejamento Econômico e Crescimento (PEC).

Um fator importante é reportado por Souza (1993), quando relata que só há desenvolvimento se a inovação tecnológica estiver em um lugar de destaque, devido sua importância. Países como os Estados Unidos, Inglaterra, França, Japão, entre outros, tiveram crescimento econômico a partir da visão capitalista de que novos equipamentos poderiam reduzir seus custos, maximizando os lucros. Com a aquisição destas máquinas modernas, todo um ciclo era percorrido, desde salários até a demanda final. A educação também é reflexo da preocupação dos países com o desenvolvimento tecnológico, tanto no sentido do desenvolvimento de novas tecnologias, quanto no sentido de qualificar mão-de-obra para lidar com estas.

Crescimento econômico e desenvolvimento estão intimamente ligados à educação. Um indicador que demonstra isso é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, para ser aferido, uma das variáveis a serem estudadas é o grau de conhecimento do povo, traduzido por duas variáveis educacionais: a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino⁴.

Para Hagen (1971), um país pode compensar a falta de recursos naturais por meio de um sistema de ensino melhorado. Esse sistema de ensino irá melhor capacitar o trabalhador, fazendo com que um homem-hora de trabalho se torne “mais mão-de-obra” do que já tenha sido. O autor tem uma definição clara da ligação entre crescimento e educação. “A educação de uma pessoa torna mais eficiente o trabalho das outras” (Hagen, 1971: 273).

Segundo Barros e Mendonça (1997), uma pessoa que aumenta seu nível educacional tende a aumentar seus salários porque sua produtividade será aumentada; eleva-se também a expectativa de vida por gerir seus recursos familiares com mais eficiência, por conseguinte, há um planejamento familiar maior, diminuindo os filhos e aumentando a qualidade de vida, fazendo com que haja, no futuro, uma diminuição no grau de pobreza das pessoas e assim se chegaria a uma situação de crescimento e desenvolvimento econômico.

No Brasil, nota-se vários problemas econômicos, dentre eles pode-se destacar a má distribuição de renda. Enquanto uns auferem

⁴As outras duas variáveis que são necessárias para aferir o IDH leva em consideração a longevidade da população expressa pela esperança de vida e sua renda ou PIB *per capita*, ajustada para refletir a paridade do poder de compra entre os países (CORREA DE LACERDA, 2001).

altas rendas, outros ganham menos que o mínimo necessário para sua sobrevivência, notando-se entre os grupos, de um lado, o grande grau de escolaridade/formação e, do outro, o quase completo analfabetismo, respectivamente.

Sem que haja um bom programa educacional no país, pode-se ter grandes planos econômicos para atenuar as disparidades que afetam o bem viver social, porém, para eliminar essa disparidade, precisa-se ter em mente que somente a capacitação do trabalhador e cidadão será capaz de sanar tal problema e assim levar o país a um patamar invejável no que tange ao crescimento econômico.

A disparidade salarial entre quem tem apenas o primeiro grau completo e quem já cursou o ensino superior pode chegar até seis vezes e cada ano de estudo pode representar um acréscimo mínimo de 15% no salário. Por exemplo, “quem tinha o primeiro grau completo recebia, no ano de 1999, em média, R\$ 237 e com um diploma de nível superior aumentava o ganho em média para R\$ 1500” (Correa, 2001: 108).

A educação não deve ser apenas lançada na sociedade a fim de que seja simplesmente aceita. Para que o aluno tenha condições de se agregar nessa modalidade educacional, deve-se criar um ambiente propício para que isso aconteça. Estudos revelam que as principais causas de repetência e evasão das escolas está na infra-estrutura familiar: falta de condições sócio-econômicas para que o aluno possa permanecer na escola, mudança de domicílio por razão do mercado de trabalho volátil dos pais, discriminação ao aluno pobre por parte de colegas e professores e o ingresso precoce do adolescente no mercado de trabalho.

Castro (2001a) faz uma descrição bastante simples e objetiva entre educação e economia no Brasil. O autor revela que após a metade do século XX a economia acelera, contudo, a educação se mantém a níveis de países subdesenvolvidos. No final do mesmo século, há uma visão de que tem que haver um maior grau de educação. Cria-se então, uma política educacional forte, bem definida por Castro (2001a: 79): “O que ganhamos em quantidade, perdemos em qualidade”.

O crescimento econômico sempre foi o grande objetivo de estados e nações. Contudo, cada estado e/ou nação buscou de forma diferenciada o crescimento, usando ferramentas diferentes. O Brasil, em seus primórdios nutria na agricultura (café, cana-de-açúcar) e extrativismo (ouro) sua esperança de um crescimento longo,

porém, as crises e a concorrência internacional fizeram com que retornasse a seu ponto de partida e repensasse como haveria de crescer. Vieram planos como o Processo de Substituição de Importações (PSI), onde a indústria brasileira era protegida e ganhava incentivo para concorrer externamente, o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), que criaram várias políticas de reestruturação, de subsídios e de proteção ao empresário brasileiro e ao investidor, tanto nacional como estrangeiro. Entretanto, vê-se que houve crescimento, contudo, não é possível deixar de notar que houve também recessões que abalaram, e abalam, as bases da economia nacional.

Admitindo-se que a educação é a mola propulsora do crescimento econômico e, portanto, deve-se investir neste bem, resta saber como os gastos públicos estão sendo direcionados às diversas esferas administrativas e qual a real eficiência destes gastos. O estudo busca na política educacional a capacidade de financiamento público dos gastos dessa área. A mensuração do montante financeiro almejado nesse trabalho é resultante do respeito às normas jurídico-institucionais que sustentam o financiamento da educação no Brasil.

Procedeu-se à verificação da participação do setor público no que se refere ao investimento feito em educação no Brasil, relacionando a contribuição deste para o crescimento econômico do país, através de:

- Dimensionamento da importância do capital humano ao longo das últimas duas décadas, através de dados como: taxa de alfabetização, taxa de frequência no primário, secundário, terciário, gastos públicos com educação (% do PIB), evasão escolar, entre outros;
- Pesquisa do PIB brasileiro em uma série de anos (1990-2001), onde se tem o valor investido na educação nas três esferas administrativas;
- Análise da relação entre PIB, matrículas, evasão, repetência, valor unitário do aluno, onde podem ser observados dados relativos ao gasto por esfera nacional. Há uma averiguação de quanto o país perde com cada aluno em particular e no montante geral, com desistências e reprovações, em cada modalidade de ensino.

O Gasto Público: Recursos

O primeiro fator relativo à educação é financeiro: os gastos

públicos. Segundo Castro & Sadeck (2003), o financiamento no setor público, conforme a constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, foi atribuído à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade de gerir o sistema educacional brasileiro, notadamente verificado os três sistemas de ensino existentes (fundamental, médio e superior), tendo como fundamento o regime de colaboração entre essas instâncias federadas. Cada instância da federação fica responsável pela manutenção e expansão de um sistema de ensino, o que incorre em gastos e, portanto, torna necessária a utilização de mecanismos e recursos para o financiamento da área.

Na Constituição Federal de 1988, o artigo 212 determina: “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita de impostos, compreendida e provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do Ensino” (Constituição Federal, 1988).

Com o decorrer do tempo, várias divergências foram acontecendo na interpretação desse artigo e de outros, como por exemplo, o artigo 60 da Constituição Federal⁵. Após várias discussões, em 1996 foi aprovado pelo Congresso Nacional a Emenda Constitucional n° 14/96, dando nova redação ao artigo 60 e criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). Essa Emenda Constitucional também determina que a União seja fonte de recursos para os municípios que não alcançarem o mínimo definido nacionalmente.

O Quadro 1 define os valores percentuais da arrecadação dos impostos e transferências⁶ que devem ser repassados à educação. O censo escolar, realizado anualmente, serve de parâmetro para a distribuição desses recursos. As matrículas do ensino presencial do ensino fundamental⁷, do ensino médio e do ensino superior fornecem os dados necessários para a distribuição dos recursos arrecadados,

⁵Na Constituição Federal (C.F.), o art 60, referente às disposições constitucionais transitórias: 50 por cento dos recursos a que se refere o artigo 212 da presente C.F., deveriam ser aplicados na eliminação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental durante os dez primeiros anos da promulgação da mesma.

⁶Imposto sobre a circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Fundo de Participação dos Estados (FPE); Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Fundo de Exportação (FPEX).

⁷Compreende-se ensino fundamental as oito primeiras séries (1ª a 8ª série), após a educação infantil.

ou seja, cada esfera governamental verifica quantos estudantes estão matriculados e, através desses dados, chega-se a um valor que será repassado à instituição.

Vale ressaltar que o FUNDEF é visto como uma mini-reforma tributária, permitindo, por um lado, maior transparência e uma maior prioridade para o ensino fundamental e, por outro, indícios de ter criado problemas para os outros níveis de ensino no que tange ao seu financiamento. Há, também, a necessidade de uma adequação das fontes de financiamento à natureza dos bens e serviços oferecidos que devem ser direcionados para a educação fundamental (Castro, 2001b; Oliveira e Duarte, 1999).

Quadro 1: Valores percentuais da arrecadação dos impostos e transferências

Responsável	Fontes de Financiamento	Formas de Distribuição
União	<ul style="list-style-type: none"> > Do salário-educação. > 18% dos impostos devidos a União. > outras fontes. > seguro-receita da Lei Complementar n° 87/96. 	<ul style="list-style-type: none"> > A União de acordo com o § 3º da E.C. – 14/96, complementará os recursos do Fundo sempre que, em cada Estado ou no DF, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.
Estados e DF	<ul style="list-style-type: none"> > 15% do ICMS devido ao Distrito Federal e aos Estados, conforme o que dispõe o art. 155, inciso II da CF. > 15% da FPE, previsto no art. 159, inciso I, alínea a da CF e no Sistema Tributário Nacional que trata a Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966. > 15% do FPEX, que é a parcela do IPI devida aos Estados e ao Distrito Federal, na forma do artigo 159, inciso II, da CF e da Lei Complementar n° 61 de 26 de dezembro de 1989. 	<ul style="list-style-type: none"> > Distribuídos entre os Estados e seus municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino. > 60% da receita do Fundef será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério. Nos primeiros cinco anos, pode-se utilizar parte desses recursos para capacitação de professores leigos.
Municípios	<ul style="list-style-type: none"> > 15% do ICMS devido aos municípios, conforme o que dispõe o artigo 158, inciso IV, da Constituição Federal. > 15% do FPM, previsto no artigo 159, inciso I, alínea b da Constituição Federal no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966. 	

Fonte: Castro, 2001b: 17-18.

Convém ressaltar que, na rede pública, o ensino fundamental está dividido em duas etapas: a primeira compreende da 1ª a 4ª série e a segunda da 5ª a 8ª série. Na primeira etapa, o maior responsável pela manutenção e expansão é o município e na segunda é o Estado. No ensino médio, o grande responsável é o Estado, em torno de 79% dos alunos nesta rede. A rede particular vem em segundo plano com 16% e o restante é dividido entre as redes municipal e estadual⁸ (Costa, 2001).

No ensino médio não se pode pensar numa distribuição igualitária de valor por aluno, pois alguns Estados sairiam perdendo bastante, pois não se aproximariam da relação “ideal”. Essa relação muda de Estado para Estado⁹. Muitos fatores locais podem contribuir para que essa relação ideal seja maior ou menor, desde fatores culturais, sociais, econômicos até incentivos públicos dos governos locais e as diversas grades curriculares e métodos de ensino utilizados pelas secretarias municipais e estaduais de educação, visto que, as diversas regiões do Brasil têm disparidades visíveis.

Na Tabela 1 verifica-se a relação de matrícula do ensino fundamental e ensino médio em três Estados brasileiros no ano de 1999: Alagoas, Paraná e São Paulo. A escolha destes Estados está pautada nos extremos em relação aos dados (Alagoas e São Paulo) e o Paraná, por ser de interesse dos autores.

Tabela 1: Matrícula do ensino fundamental e ensino médio no ano de 1999 - Relação “ideal”

	Alagoas	Paraná	São Paulo
Ens. Fund. (A)	701.643	1.732.395	6.325.294
Ens. Médio (B)	78.314	518.287	2.047.402
Total (C)	779.957	2.250.682	8.372.296
Relação (B/C)	10,04%	23,03%	24,45%

Fonte: INEP, 2005.

⁸Percentuais referentes ao ano de 1999.

⁹COSTA (2001: 74) define: “Supondo que não houve reprovação nas 11 séries que compõe o contínuo ensino fundamental e médio e que todo o aluno que ingressasse na primeira série cumprisse os onze anos de escolaridade, ter-se-ia que as matrículas no ensino médio corresponderiam a 27% do total verificado nessas 11 séries. Essa seria a relação ‘ideal’”.

Nota-se que o Estado de Alagoas é o que mais deixaria de ganhar, porque é o Estado que menos tem alunos que iniciam o ensino fundamental e terminam o ensino médio, em outras palavras, receberia apenas 37% do que poderia receber, já São Paulo e Paraná receberiam 90,6% e 85,3% do que poderiam receber, respectivamente, da relação “ideal”.

No que se refere ao ensino superior, além da problemática de se deixar de ganhar recursos públicos, entre os anos de 1995-1998, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tiveram uma redução de 4 pontos percentuais, de 61% para 57% da participação do orçamento executado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) (Corbucci, 2001).

O ensino superior teve, em 2002, um total de quase três milhões e meio de matrículas, sendo que 3% destas era para a rede municipal, 12% para a estadual, 15% para a federal e 70% para a rede particular. Ainda em 2002, das 1637 instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC, 1442 eram privadas, 73 federais, 65 estaduais e 57 municipais (INEP, 2005).

Gastos do MEC

O ensino superior é a principal vertente dos gastos do MEC. Do ano de 1993 até o ano de 1999, conforme a Tabela 2, do Fundo Público Federal (FPF), o que mais foi financiado foi o ensino superior seguido pela previdência e ensino fundamental.

Tabela 2: MEC: Distribuição porcentual do gasto total por programa - 1993 - 1999

Programas	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Administração	2,51	1,66	1,52	1,74	5,78	5,89	3,70
Ens. Fundamental	13,18	16,01	12,82	14,09	17,33	23,39	20,30
Ensino Médio	7,05	5,12	5,56	4,77	4,64	4,31	4,78
Ensino Superior	46,00	44,19	45,36	44,86	44,74	39,83	45,52
Saúde	13,15	12,19	13,78	12,55	4,75	4,75	1,89
Previdência	14,94	16,57	16,20	17,51	18,63	18,29	19,42
Outros	3,17	4,26	4,77	4,47	4,12	3,54	4,40
Total MEC	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Ribeiro, 2001: 40.

É visível que o ensino superior absorve do Ministério da Educação quase que 50% dos recursos. A administração e o item outros não tiveram grandes mudanças de valores nesse período de tempo. O ensino fundamental e a previdência tiveram um leve acréscimo em seus percentuais, diferentemente do ensino médio que teve um leve decréscimo. O item saúde é o que tem a maior variação do período, uma queda de quase 85% dos recursos.

Porém, o Ministério da Educação distribui todos os recursos de forma que possa haver um bom andamento das atividades e, esses recursos são usados em diferentes categorias econômicas. Segundo Ribeiro (2001), analisando a distribuição do gasto total por categoria, de 1993 a 1999, pode-se perceber que o item investimento é o que mais chama a atenção: era de 8,77% em 1994, caiu para 1,51% nos anos de 1998 e 1999, uma queda de mais de 80%, passou de mais de 1,2 bilhão para apenas 185 milhões. Outro ponto a ressaltar é o pessoal ativo e inativo. Enquanto o primeiro diminuiu quase 10% no ano de 1998 em relação a 1994, os inativos aumentaram em quase 5% e as transferências a outros municípios também tiveram um crescimento de um pouco mais de 5 pontos percentuais.

Os recursos responsáveis pelo financiamento da educação provêm do PIB. A porcentagem do PIB gasta com educação varia de ano a ano. Na Tabela 3, explicitam-se alguns dados referentes à educação.

Tabela 3: Evolução do PIB (1994-1999), valor percentual e real gasto em educação (R\$ Bilhões – julho/99)

Ano	PIB	Variação anual (%)	Índice-base – 1994	% PIB educação	Valor gasto educação
1994	857,5	-	100,00	3,9	33,44
1995	893,5	4,22	104,20	3,9	34,85
1996	917,5	2,66	107,00	3,8	34,86
1997	947,5	3,27	110,49	3,8	36,01
1998	949,6	0,22	110,74	4,2	39,88
1999	957,2	0,80	111,63	4,3	41,16

Fonte: Elaboração própria com base de dados do INEP, 2005 e Correa de Lacerda, 2001.

O PIB passou de R\$ 857,5 bilhões em 1994, para R\$ 957,2 bilhões em 1999; a porcentagem do PIB para financiamento da educação passou de 3,9, em 1994, para 4,3 em 1999. O aumento no financiamento ocorre em ordem inversa ao crescimento do PIB. Nos anos iniciais, mesmo com uma diminuição da porcentagem destinada à educação, há um aumento suave no valor, e após 1997 há um aumento abrupto. Passou de R\$ 33 bilhões em 1994 para R\$ 36 bilhões em 1997 e R\$ 41 bilhões em 1999. Nesse valor, não estão incluídos os inativos e pensionistas.

É possível verificar que a esfera que mais investe em educação é o setor estadual e o ensino fundamental é o que mais recebe recursos. A educação infantil recebe mais verbas de seus respectivos municípios, o ensino fundamental recebe maiores valores de financiamento educacional do Estado, porém o município tem uma parcela considerável de investimento neste nível educacional, visto que é por conta do município os primeiros quatro anos do ensino fundamental e do Estado, os quatro últimos anos. O ensino médio é financiado pelo Estado e que juntamente com o governo federal, tem grande parcela no financiamento da educação superior, ficando o governo federal como o grande investidor deste setor.

Recursos Públicos Perdidos

O ensino público pode ser norteador através dos custos que recaem sobre ele. Uma linha de raciocínio pode ser estabelecida correlacionando gasto e matrícula (entenda-se esse tópico como concluintes). Avalie-se o caso do ensino fundamental.

Conforme a Tabela 4, verifica-se quanto cada educando traz de dispêndio para o poder público durante um ano. A análise busca verificar o valor que a União, Estado, Distrito Federal ou Município deixa de ganhar, em termos financeiros, com a desistência dos alunos¹⁰. Essa perda se dá pelo mau uso do material humano e tecnológico. Se um professor pode estar na sala de aula com 25 alunos de 1ª a 4ª série, mas no final do ano está somente com 20 alunos, o material humano, nesse caso, foi mal aproveitado¹¹, visto que poderia

¹⁰Chama-se de desistentes todos aqueles que por qualquer motivo, saírem do sistema fundamental público ou que forem reprovados no ano anterior.

¹¹Esclarecendo que o “mal aproveitado” não parte do governo e sim pela sociedade, onde é disponibilizado um serviço que não é usado adequadamente pelo sistema.

ensinar para mais 5 alunos. Quem mais perde é a sociedade, que terá que continuar a pagar impostos por aqueles que começam e não terminam e, principalmente, aqueles que não tiveram como frequentar aquela escola porque não tinha vaga.

Tabela 4: Gasto médio por aluno/ano em reais – 1994-1999

Ano	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
1994	295	314	4.233
1995	518	565	7.254
1996	577	627	6.686
1997	542	670	9.399
1998	668	701	9.789
1999	691	643	9.756

Fonte: INEP, 2005.

Para se ter uma melhor noção de quanto é o desperdício de recursos públicos, as Tabelas 5 e 6 mostrarão, em valores numéricos, quantas foram as desistências no ensino fundamental. Num primeiro momento, nota-se que as matrículas no primeiro ano do ensino fundamental vão ascendendo até o ano de 1998, chegando a 7 milhões de matrículas e depois decrescem, chegando em 2003 com 5,5 milhões. O índice de alunos que iniciam o ensino fundamental e não continuam é bastante elevado. Se no ano 2000¹² houve um pouco mais de 6 milhões de matrículas na primeira série do ensino fundamental, lógico seria pensar que em 2001, as matrículas, para a continuação desse ciclo seria um valor aproximado a esse e não 4,7 milhões, computando uma queda de 21,27%. Notoriamente não se verifica esse mesmo índice para as outras séries, visto que se assim o fosse, o número de desistentes seria demasiadamente grande.

¹²A escolha do referido ano foi feita de forma aleatória, sem qualquer motivo em especial.

Tabela 5: Matrícula por série e ano – 1991-2003 (1ª a 4ª série)

Ano	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
1991	6.045.729	4.606.186	4.166.845	3.474.416
1992	6.088.547	4.608.413	4.286.213	3.658.480
1993	6.093.377	4.571.812	4.279.266	3.708.934
1994	6.587.320	5.215.426	4.348.125	3.794.443
1995	6.617.859	5.180.708	4.407.917	3.847.634
1996	6.404.406	5.193.631	4.493.805	3.935.398
1997	6.576.734	5.154.094	4.724.389	4.113.911
1998	7.079.742	5.170.049	4.684.209	4.399.330
1999	6.596.785	5.317.321	4.712.986	4.311.984
2000	6.074.649	5.053.418	4.772.795	4.310.064
2001	5.978.272	4.782.389	4.625.014	4.342.009
2002	5.818.388	4.764.926	4.492.856	4.304.217
2003	5.575.157	4.709.176	4.434.820	4.199.969

Fonte: INEP, 2005.

Na próxima tabela, será analisado o segundo ciclo do ensino fundamental, financiado pelo setor público estadual.

Tabela 6: Matrícula por série e ano – 1991-2003 (5ª a 8ª série)

Ano	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
1991	3.696.099	2.616.660	1.985.609	1.521.635
1992	3.931.337	2.831.941	2.152.486	1.650.595
1993	4.059.591	3.033.063	2.322.773	1.798.173
1994	4.194.443	3.245.368	2.530.278	1.979.663
1995	4.293.896	3.423.900	2.727.685	2.169.139
1996	4.397.913	3.489.240	2.873.863	2.343.014
1997	5.510.872	3.600.218	2.993.337	2.626.833
1998	4.656.172	3.834.103	3.218.865	2.750.084
1999	4.808.240	3.931.455	3.455.729	2.925.242
2000	4.762.339	4.031.797	3.575.488	3.136.818
2001	4.763.018	3.963.575	3.662.550	3.221.262
2002	4.814.111	3.960.133	3.657.202	3.338.529
2003	4.691.702	3.993.340	3.560.209	3.274.376

Fonte: INEP, 2005.

No segundo ciclo do ensino fundamental, nota-se também um decréscimo de matrículas após 1997, com maior suavidade do que no primeiro ano do primeiro ciclo do ensino fundamental. Verificando-se os mesmos anos (2000 e 2001), tem-se um percentual de desistência de um ano para o outro de 16,77 (Tabela 6).

Com o total de desistências e com o valor de cada aluno, pode-se traçar um valor aproximado de quanto o governo desperdiça de seus recursos. No ano de 1994, cada aluno do ensino fundamental custava, em média, R\$ 295,00. Na Tabela 5, nota-se que o total de matrículas na primeira série em 1994 é de 6,5 milhões. O total de desistentes será a diferença entre a matrícula da primeira série em 1994 com a matrícula da série subsequente em 1995, ou seja, será a diferença entre as matrículas da 1ª série em 1994 e as matrículas da 2ª série em 1995. Para a 1ª série tem-se um total de 1.406.612 de desistentes, multiplicado pelo valor médio do aluno em 1994, que é R\$ 295,00, chega-se a uma cifra de R\$ 414.950.540,00. Convém ressaltar que esse valor se referencia apenas à 1ª série de 1994.

A Tabela 7 mostra os valores mensurados da perda para o ano de 1994, para o primeiro ciclo do ensino fundamental. Fica fácil a verificação de que, se no ano de 1994, tem-se 6,5 milhões de matrículas na primeira série do ensino fundamental, e em 1995 esse valor se reduz para 5,1 milhões, o número de desistentes está num patamar bastante elevado. Notoriamente, é possível verificar do mesmo modo, que no decorrer das séries, essa porcentagem de desistências vai se abrandando, chegando a ser negativa quando se muda do primeiro para o segundo ciclo, como pode ser visto em 1995, nas matrículas da 5ª série.

Tabela 7: Valores perdidos pelo governo no ano de 1994 em reais – 1ª a 4ª séries

	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Matrículas 1994	6.587.320	5.215.426	4.348.125	3.794.443
Matrículas 1995 ¹	5.180.708	4.407.917	3.847.634	4.293.900
Diferença	1.406.612	807.509	500.491	(499.453)
Valor médio aluno	295	295	295	295
Desperdício	414.950.540	238.215.155	147.644.845	0

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do INEP, 2005.

1. Matrículas da série subsequente.

Esse valor negativo, não quer dizer que houve aquele total de

concluintes na 4ª série e, sim, é o total de matriculados na 5ª série. Como não existem dados que nos mostrem os concluintes da quarta série, opta-se por pegar os matriculados da 5ª série, ressaltando que o ensino fundamental é composto da 1ª a 8ª série. Vários podem ser os motivos para essa disparidade, tais como: (1) reprovação em massa na 5ª série, visto que apesar de ser o mesmo ensino fundamental tem grades diferenciadas, dificultando a aprendizagem dos alunos na 5ª série; (2) volta de alunos que tinham abandonado a escola na 4ª série; (3) transporte escolar na área rural, entre outros.

A verificação do total de desistentes para o segundo ciclo verifica-se na Tabela 8. Analisando as Tabelas 7 e 8, e somando-se os valores nomeados como perdas, apenas para o ano de 1994 tem-se um gasto total financiado pelo poder público, com os alunos que iniciaram mas que não concluíram o presente ano, em torno de 1,5 bilhão de reais. Esse valor aumentará, se for analisado o ano de 1999, para algo em torno de 3 bilhões de reais. Mesmo havendo um decréscimo de 8,62% no número de desistentes, o valor aumentará provocado pelo custo médio.

Tabela 8: Valores perdidos pelo governo no ano de 1994 em reais – 5ª a 8ª séries

	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Matrículas 1994	4.194.443	3.245.368	2.530.278	1.979.663
Matrículas 1995 ¹	3.423.900	2.727.685	2.169.139	1.588.631 ²
Diferença	770.543	517.683	361.139	391.032
Valor médio aluno	295	295	295	295
Desperdício	227.310.185	152.716.485	106.536.005	115.354.440

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do INEP, 2005.

1. Referente matrículas da série subsequente.

2. Referente número de concluintes da 8ª série em 1994.

Seguindo a mesma linha de pensamento do ensino fundamental, pode ser feita uma análise, do mesmo teor, para o ensino médio, que resultará num valor aproximado de quanto o governo gasta com alunos que evadem. A seguir, na Tabela 9, faz-se a mesma análise de matrículas e desistências, pelo valor do custo aluno e tem-se o total da perda pelo setor público. Constata-se que no ano de 1994, o governo perdeu investimento no ensino médio, algo em torno de 320 milhões de reais, que somados ao ensino fundamental, perfazem

um total de aproximadamente 1,8 bilhão de reais. Isso apenas para o ano de 1994.

Tabela 9: Valores perdidos pelo governo no ano de 1994 em reais – Ensino Médio

	1ª série	2ª série	3ª série
Matrículas 1994	2.188.133	1.492.303	1.065.640
Matrículas 1995 ¹	1.627.060	1.182.384	917.298 ²
Diferença	561.073	309.919	148.342
Valor médio aluno	314	314	314
Desperdício	176.176.922	97.314.566	46.579.388

Fonte: Elaboração própria, com base de dados do INEP, 2005.

1. Referente matrículas da série subsequente.
2. Referente número de concluintes da 3ª série em 1994.

No ensino superior a análise de verificação de gastos desnecessários feitos pelo governo, em relação aos alunos que saem da esfera pública, é um pouco mais complicada, visto que cada curso do ensino superior tem uma quantia diferente de anos para sua conclusão. Por isso, tomar-se-á como parâmetro, o ensino superior sendo como um curso de 4 anos para sua conclusão.

Na Tabela 10 tem-se o total de matrículas para uma série de anos dividida por dependência administrativa. Nota-se que no decorrer dos anos de 1991 a 2002 houve sempre uma ascensão do número de matrículas no ensino superior, diferentemente do que aconteceu com o ensino fundamental que houve um acréscimo e após um decréscimo. Outro ponto a salientar é a porcentagem em cada setor administrativo: um pouco mais de 50% é responsabilidade do governo federal, algo em torno de 40% é a rede estadual que se responsabiliza e a cota dos municípios fica em torno de 10%.

Tabela 10: Matrícula por ano e dependência administrativa (Educação Superior) (Rede pública sem a rede privada)

Ano	Geral	Federal	Estadual	Municipal
1991	605.736	320.135	202.315	83.286
1992	629.662	325.884	210.133	93.645
1993	653.516	344.387	216.535	92.594
1994	690.450	363.543	231.936	94.971
1995	700.540	367.531	239.215	93.794
1996	742.273	395.833	243.101	103.339
1997	759.182	395.833	253.678	109.671
1998	804.729	408.640	274.934	121.155
1999	832.022	442.562	302.380	87.080
2000	887.026	482.750	332.104	72.172
2001	939.225	502.960	357.015	79.250
2002	1.051.655	531.634	415.569	104.452

Fonte: INEP, 2005.

Para que se possa analisar de forma mais substancial, faz-se necessário ter em mãos o número de concluintes do ensino superior. Tem-se uma análise por quadriênio e não por ano, como foi realizado anteriormente.

A Tabela 11 mostra os concluintes em cada ano e por dependência administrativa. Nesta mesma Tabela foi acrescido outro campo, relacionado com os concluintes da rede privada, para se fazer um paralelo das conclusões entre rede privada e pública.

Tabela 11: Concluintes por ano e dependência administrativa (Educação Superior) (Rede pública e a rede privada)

Ano	Geral Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1991	81.271	38.634	28.031	14.606	155.106
1992	80.190	39.133	26.934	14.123	154.077
1993	84.882	41.420	29.219	14.243	155.387
1994	87.862	42.753	31.138	13.971	158.025
1995	94.951	46.187	33.714	15.050	159.450
1996	99.820	49.667	34.693	15.460	160.404
1997	106.082	51.419	38.731	15.932	168.302
1998	105.360	52.787	40.725	11.848	195.401
1999	112.451	59.098	43.757	9.596	212.283
2000	116.641	58.726	46.584	11.331	235.664

Fonte: INEP, 2005.

Um fator chama a atenção na tabela acima: o número de concluintes da rede privada. Pode-se averiguar que a rede privada conclui em torno de 100% a mais que a rede pública, ou seja, o total de concluintes da rede privada é sempre o dobro da rede pública.

Nota-se aqui que não é possível fazer a aferição de valores por matrículas, pois as matrículas correspondem a número de vagas ofertadas na primeira série de todas as instituições de ensino superior, por isso far-se-á apenas o desperdício dos recursos públicos no quadriênio, sempre com o custo-aluno do ano de ingresso.

A Tabela 12 parte do seguinte princípio: toma-se a matrícula do ensino superior no ano de 1994 e o número dos concluintes no ano de 1997, que dará o número de alunos que iniciaram o curso em 1994 e, que em tempo hábil, terminariam esse curso em 1997. A diferença encontrada se refere apenas aos alunos que iniciaram o curso e que, por diversas razões, não o concluíram.

Tabela 12: Perda de recursos públicos no ensino superior em reais - 1994 - 1999

Ano	Matrículas	Conclusões	Diferença	Valor aluno	desperdício
1994	690.450	106.082	584.368	4.233	2.473.629.744
1995	700.540	105.360	595.180	7.254	4.317.435.720
1996	742.273	112.451	629.822	6.686	4.210.989.892
1997	759.182	105.360	653.822	9.399	6.145.272.978
1998	804.729	112.451	692.278	9.789	6.776.709.342
1999	832.022	116.641	715.381	9.756	6.979.257.036
Total	-	-	-	-	30.903.294.712

Fonte: Elaboração própria com dados do INEP, 2005.

Verifica-se aqui que o setor público, em seis anos, investiu cerca de 30 bilhões de reais em capital humano que simplesmente abandonou seus cursos. Cabe ressaltar que as matrículas do ensino superior público são da ordem de quase 10% das matrículas da 1ª série do ensino fundamental público, mas que aumentaram e chegaram a um patamar de quase 20% das matrículas da mesma série analisada. Na Tabela 13, faz-se uma análise da porcentagem de concluintes da universidade de 1994-1999.

Tabela 13: Porcentagem de concluintes de 1994-1999

Ano inicial	Ano final	Matrículas	Concluintes	Porcentagem
		Educação superior		
1994	1997	690.450	106.082	15,36
1995	1998	700.540	105.360	15,04
1996	1999	742.273	112.451	15,14
1997	2000	759.182	105.360	13,88
1998	2001	804.729	112.451	13,97
1999	2002	832.022	116.641	14,02

Fonte: Elaboração própria com dados do INEP, 2005.

É possível verificar que, no ensino público, desde o ensino fundamental até a educação superior, tem-se um número muito grande de evasão, em outras palavras, de todos os que iniciam seus estudos na rede pública, poucos concluem na rede pública, e também pode-se levantar a hipótese de que os que cursam o ensino superior público, venham do setor privado. Se em 2001, os concluintes do ensino médio foram 1.878.471 alunos, e isso corresponde a 31,07% dos que iniciaram suas atividades na primeira série do ensino fundamental, e sabendo-se que no ano de 2002, o total de matrículas no ensino superior público de 1.051.655, pode-se chegar à seguinte conclusão: se a porcentagem dos concluintes em 2001 no ensino médio público é de 31,07, as matrículas no ensino superior público somam um total de 17,40% das matrículas do 1º ano do ensino fundamental. E se apenas uma média de 15% dos alunos que iniciam o ensino superior concluem, chega-se ao número de 2,61% de todos os que iniciaram seus estudos na rede pública no ensino fundamental terminam a educação superior. Isso quer dizer que, dos 6.045.729 alunos que iniciaram a primeira série do ensino fundamental, apenas 157.793 alunos concluem na rede pública. Relembrando que nem todos são pertencentes à rede pública desde o início, alguns podem apenas ter cursado o ensino superior na rede pública, o que é muito comum.

Mesmo diante deste cenário, um dado é favorável. Em 1980, o país contava com 32% de sua população sem nenhuma alfabetização. Depois de 20 anos, em 1999, esse número diminuiu pela metade, visto que nem 16% da população era analfabeta. A educação implica em maior produtividade do trabalhador. Segundo Dias e Dias (1999) em estudo realizado com 103 países, no período de 1961 a 1990, em

que são classificados como de produtividade baixa¹³, a grande concentração encontra-se com escolaridade inferior a 4 anos, e quando são classificados como de produtividade alta, a concentração passa para uma escolaridade média superior a 8 anos. Segundo os autores, para haver crescimento, há a soma de capital físico (equipamentos) e capital humano (trabalhadores). No entanto, para haver avanços tecnológicos no capital físico, o conhecimento adquirido pelo capital humano é o principal fator da evolução. Então, se crescimento é a soma de capital humano e capital físico, e este último advém do conhecimento, então crescimento é capital humano mais capital humano, concluindo-se que é o conhecimento que leva um país a crescer.

Castilho e Silva (2004) fazem um alerta que quanto mais pobre é uma determinada família, maior será o sub investimento em capital humano. Existem vários fatores que determinam esse sub investimento em capital humano, como por exemplo a falta de um grande esforço governamental na educação.

Crianças sem educação se tornarão adultos trabalhadores menos educados e menos qualificados. Então, eles serão os pais de crianças que irão começar a ir à escola, mas para ajudar nas finanças familiares, deixarão de estudar. A transmissão intergeracional da pobreza fica clara. Pais com baixo poder aquisitivo, com renda insuficiente, buscam nos filhos ferramentas que agregam valor aos rendimentos familiares, mesmo que com salários de baixo valor, fazendo com que as crianças desistam das aulas. “O resultado é um círculo vicioso em que a pobreza se perpetua a si mesma” (Castilho e Silva, 2004).

Crescimento Econômico Brasileiro na Década de 90

Na década de 90, o Brasil passou por várias fases, vários planos econômicos, muitos indicadores diferentes, mas também apresentou crescimento¹⁴.

¹³Para esse período de tempo, produtividade baixa era uma produtividade de até US\$ 5.000/ano e produtividade alta era superior a US\$ 20.000/ano.

¹⁴É importante ressaltar a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico. O primeiro é apenas uma ampliação quantitativa da produção e o segundo também visa à ampliação, porém, leva em conta a qualidade de vida da população.

A primeira grande constatação desse período foi a evolução do PIB, que cresceu consideravelmente nesses anos, como pode ser visto na Tabela 14. Em contrapartida, em 1993 a dívida pública brasileira girava em torno de 32% do PIB. Já em 2000, a dívida se tornou praticamente metade do PIB. As empresas estatais detinham a maior parcela da dívida, quase 14%, enquanto que o setor estadual e municipal, e o Banco Central e governo federal detinham aproximadamente 9% cada. No ano 2000 esse quadro era outro. O governo federal juntamente com o Banco Central passou de 9,6% para 31% da responsabilidade da dívida enquanto percentual do PIB, os Estados e municípios passaram de 9,3% para 16,3% e quem mais ajudou foi o setor estatal que diminuiu sua dívida de 13,9% para 2,2%, devido, sobretudo, às privatizações realizadas pelos governos federal e estaduais na década de 90 (Gremaud, Vasconsellos e Toneto Junior, 2004).

Tabela 14: Evolução do PIB – Brasil (1990-2000) (em R\$ bilhões – julho de 1999)

Ano	PIB	Variação anual (%)	Índice-base – 1990
1990	768,4	-	100,0
1991	776,3	1,03	101,3
1992	772,1	-0,54	100,5
1993	810,1	4,92	105,4
1994	857,5	5,85	111,6
1995	893,5	4,22	116,3
1996	917,5	2,66	119,4
1997	947,5	3,27	123,3
1998	949,6	0,22	123,6
1999	957,2	0,80	124,6
2000	1.003,3	4,50	130,57

Fonte: Correa de Lacerda, 2001: 242.

Observa-se uma relação direta entre o crescimento do PIB e da dívida pública do Brasil. Logo, o país não cresce com seus próprios recursos, mas necessita de financiamento para seu crescimento. Uma rápida análise do Balanço de Pagamentos do Brasil também pode nos

esclarecer alguns itens da economia no período referido, como pode-se averiguar na Tabela 15. É notório que o saldo do Balanço de Pagamentos é positivo no período de 1992 a 1996, pois o país voltou a receber somas de recursos externos e essa soma, com o bom desempenho das transações correntes, aumentou o volume das reservas internacionais. Depois de 1996, mesmo com a contínua soma recebida de recursos externos, o Balanço de Pagamentos torna a ter valores negativos por causa do Plano Real, implantado em julho de 1994. Este plano valorizou a moeda nacional, fazendo com que o dólar se igualasse ao real. Isso estimulou os importadores, que, por essa estabilização do real frente ao dólar, começaram a importar muito mais do que era importado até 1993. Apenas no primeiro ano do Plano Real, o volume de importações aumentou em mais de 8 bilhões, em 1995 aumentou 16 bilhões, em 1996 4 bilhões, 1997 8 bilhões, e depois começou a haver um certo equilíbrio nas importações e como as exportações cresceram, porém muito menos que as importações, o saldo da balança comercial começou a pesar no resultado final, visto que passou de uma média de 12 bilhões positivos, em média, no período anterior ao plano, para 4 bilhões negativos nos anos posteriores, em média. A diferença a que se chega é a soma dos 12 bilhões perdidos mais os 4 bilhões negativos, totalizando uma perda de 16 bilhões/ano.

Tabela 15: Balanço de Pagamentos: Brasil (1990-2000) – US\$ bilhões

Ano	Exportações	Importações	Saldo da Balança Comercial	Saldo da Balança de Serviços	Saldo das Transações Correntes	Conta de Capitais	Saldo do Balanço de Pagamentos
1990	31,40	20,70	10,70	-15,40	-3,80	-4,70	-8,80
1991	31,60	21,00	10,60	-13,50	-1,40	-4,10	-4,70
1992	35,90	20,60	15,30	-11,30	6,10	25,30	30,00
1993	38,60	25,50	13,10	-15,40	-0,60	9,90	8,40
1994	43,50	33,10	10,40	-14,70	-1,70	14,20	12,90
1995	46,50	49,80	-3,30	-18,60	-17,90	29,30	13,50
1996	47,70	53,20	-5,50	-21,70	-24,30	33,00	8,70
1997	52,99	61,38	-8,39	-26,89	-33,05	25,86	-7,86
1998	51,12	57,59	-6,47	-28,80	-33,61	29,73	-7,97
1999	48,01	19,27	-1,26	-25,21	-25,40	17,38	-7,82
2000	55,09	55,78	-0,69	-25,46	-24,64	19,33	-2,26

Fonte: Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior, 2004.

Mas qual o motivo para permanecer com o câmbio elevado se este estava gerando um saldo negativo no Balanço de Pagamentos?

Sua principal tarefa era dar suporte ao Plano Real. Os outros planos não deram certo – Collor I (1990), Collor II (1991) – porque os empresários temiam o congelamento novamente dos preços, como aconteceu com os planos antecedentes a esses, e aumentavam os preços significativamente, para assim auferirem lucros se houvesse novamente um congelamento de preços. Para que isso não acontecesse com o Plano Real, houve uma valorização do câmbio. Essa valorização do câmbio fez com que os consumidores internos tivessem duas opções para comprar seus produtos: uma com o mercado interno e a outra opção via importações. Assim, com as importações facilitadas, o empresário interno que aumentava os preços, perdia clientes e muitas vezes seu próprio estabelecimento, anulando a hipótese de haver inflação. Essa tática foi chamada de âncora cambial.

O Plano Real veio para arrumar a casa, arrumando também o câmbio. Nos anos que antecederam 1994, a moeda nacional era muito desvalorizada. Se internamente ela valia menos a cada dia que passava, no exterior, para que não houvesse perdas significativas, os valores teriam que ser repassados na hora do negócio, porque se fosse feito negócio hoje e o pagamento fosse amanhã, o empresário brasileiro sairia perdendo. A partir de 1994, quando o governo valorizou a moeda nacional, o país parou de perder motivado pela inflação. Sem inflação e com uma moeda forte, os brasileiros passaram a importar mais e ganhar mais. No curto prazo, ter a moeda forte e uma inflação estabilizada é um bom sinal, pois se pode importar, principalmente, máquinas de última geração. A longo prazo é prejudicial para a economia pois, com a moeda desvalorizada, mas até certo limite, consegue-se proteger o empresário brasileiro e vender seus produtos para empresas estrangeiras, melhorando o PIB, por exemplo.

Como, por causa da inflação e de outros fatores, a economia brasileira deu sinais de enfraquecimento, então, durante nos anos 80 e 90, houveram as privatizações que, no longo prazo, diminui a necessidade de investimentos e, no curto prazo não conseguiu diminuir a dívida pública mas, com o valor arrecadado com as privatizações conseguiu auxiliar no financiamento do déficit público.

Considerações Finais

A década de 90 foi marcada por grandes transformações, ou pelo menos, pela grande transformação: o Plano Real. De uma inflação

de mais de 2.500% ao ano, estabilizou em apenas dois dígitos após o Real. O Brasil cresceu, se estabilizou, abriu sua economia para o mercado externo, privatizou várias empresas estatais. Cresceu com as economias externas, com o financiamento externo. O país cresceu com alguns acertos e alguns erros.

Cresceram também os incentivos e as verbas para a educação. Nunca se falou tanto em educação como sendo a mola propulsora de uma economia. Nunca se falou tanto em educação de pessoas como investimento de capital humano. Um grande instrumento para que se possa analisar esse investimento foi a criação do programa FUNDEF, que com sua política de realocação de recursos, promoveu um estímulo às matrículas. Contudo, os indicadores de qualidade do ensino público ainda estão aquém do razoável.

Marshal e Lucas provaram através de suas teorias que o capital humano bem treinado é um fator fundamental para que haja crescimento econômico. Se um país tem equipamento moderno, mas não há capital humano capacitado, ter-se-á crescimento limitado naquele país. Se, ao contrário, houver equipamentos não tão sofisticados assim, porém capital humano qualificado, o crescimento neste país será de forma bem melhor que no país anterior pois, não são as máquinas que fazem com que um país tenha crescimento econômico, e sim o capital humano que fabrica essas máquinas e que nelas trabalham.

Embora índices como taxa de matrículas, taxa de permanência na escola, taxa de aprovações e número de instituições tenham crescido, ao passo que índices como taxa de analfabetismo, de evasão e repetência tenham decrescido, ainda assim, o que verifica-se é que o aluno apenas passou pela escola, mas não aprendeu o conteúdo.

O Brasil gastou muito com educação, porém, verifica-se que esse investimento está sendo mal recebido pela sociedade, ou seja, o país investe, mas o maior beneficiário não usufrui deste investimento. Isso pode ser verificado através do número de aprovações no ensino médio e superior público, quando se verifica a relação entre matrículas iniciais do ensino fundamental para os concluintes do ensino médio e educação superior. Menos de 10%, ou seja, 604.573 alunos concluem o ensino superior. Para um país que está evoluindo em educação, esses índices nos mostram que ainda não foi possível alcançar bons indicadores.

Corroborar-se, com o presente trabalho, as constatações de Castilho e Silva (2004), a respeito do duelo entre educação e

crescimento no que tange ao aumento do grau de educação do cidadão, isto é, aumento de anos de escolaridade, porém não aumentando a qualificação deste mesmo profissional. Vale ressaltar que no período do “milagre econômico brasileiro” foram feitos investimentos significativos na educação, contudo, como não foi dada continuação nesse processo de investimento, houve uma ruptura, o que faz com que se retorne ao ponto inicial.

Para o período abordado, não houve uma relação que compreenda que as taxas de crescimento brasileiro foram causadas pelo investimento em educação, visto que, mesmo aumentando os investimentos em educação, não houve um resultado que permita a conclusão de que a educação foi a mola propulsora para o crescimento econômico brasileiro.

PUBLIC EXPENSES WITH EDUCATION AND ITS CONSEQUENCES ON THE BRAZILIAN ECONOMIC GROWTH

Abstract

Taking education as a fundamental factor to enable the human capital, and therefore responsible for the economic growth, this study analyses the government participation creating and maintaining the educational system. A great loss of the public resources was verified in many administrative sectors, especially with the truancy. The economic growth data studied doesn't let us say if the true link between education and growth works in Brazil on the analyzed period, which doesn't mean the investments on education can not happen, but though we must look every day for more quality at public education.

Key Words: *public expenses, education, growth.*

Referências

BARROS, Ricardo Paes de. MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico.** Texto para discussão n° 525, IPEA, 1997.

CASTILHO, Mara Lucy. SILVA, José Maria Alves da. **Relação entre capital humano, emprego e crescimento econômico no Brasil:** diagnóstico do final do século XX. *In:* Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Cuiabá-MT, 2004.

- CASTRO, Claudio de Moura. **A penosa evolução do ensino**. *In:* Pisa 2000. Brasília: 2001a.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. **Financiamento da educação no Brasil**. *In:* Em Aberto, Brasília, v. 18, n. 74, p. 11-32, dez. 2001b.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. SADECK, Francisco. **Financiamento do gasto em educação nas três esferas do governo em 2002**. Texto para discussão n° 955, IPEA, 2003.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Brasil: 1988.
- CORBUCCI, Paulo Roberto. **Financiamento e gastos das instituições federais de ensino superior no período de 1995-1998**. *In:* Em Aberto, Brasília, v. 18, n. 74, p. 81-91, dez. 2001.
- CORREA, Fabiana. Revista VOCÊ S/A. Edição 38 (4). Agosto 2001: p. 108-113.
- CORREA DE LACERDA, A. (et al). **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- COSTA, Vera Lúcia Cabral. **Financiamento e gasto com o ensino médio no Brasil**. *In:* Em Aberto, Brasília, v. 18, n. 74, p. 72-80, dez. 2001.
- DIAS, Joilson; DIAS, Maria Helena Ambrosio. **Crescimento econômico, emprego e educação em uma economia globalizada**. Maringá: Eduem, 1999.
- GREMAUD, A. P., VASCONCELOS, M. A. S. & TONETO Jr., R. **Economia Brasileira Contemporânea**: 4 ed., São Paulo: Atlas, 2004.
- HAGEN, Everett Einar. **Economia do desenvolvimento**; tradução de Auripebo Berrance Simões. São Paulo: Atlas, 1971.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. www.inep.gov.br
- OLIVEIRA, Dalila Andrade (org). DUARTE, Marisa, R. T. (org). **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- RIBEIRO, José Aparecido Carlos. **Financiamento e gasto do ministério da educação nos anos 90**. *In:* Em Aberto, Brasília, v. 18, n. 74, p. 33-42, dez. 2001.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

Recebido: 26/04/2006

Aprovado: 07/07/2006

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.